

O REGRESSO DAS CARAVELAS: A HISTÓRIA NO ROMANCE AS NAUS, DE LOBO ANTUNES

LEONARDO VON PFEIL ROMMEL¹; ALFEU SPARENBERGER²

¹Universidade Federal de Pelotas – lpfeil@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – berger9889@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se analisar o romance *As naus* (1988), de autoria do escritor português António Lobo Antunes, quanto a sua característica em promover uma desconstrução da História nacional portuguesa, possibilitando, assim, que os fatos e acontecimentos do registro histórico, através do discurso da ficção, sejam questionados e submetidos a um processo de releitura e reinterpretação.

Em *As naus* (1988), sétimo romance publicado por Lobo Antunes, pode-se perceber que o autor realiza um trabalho de revisão do passado histórico português, reunindo, em um espaço surrealista e particular – a fictícia cidade de Lixboa -, inúmeros personagens célebres por representar o período do imperialismo e dos descobrimentos possibilitados pelas navegações marítimas, reescrevendo suas jornadas individuais de forma antiépica, a fim de recodificar o sentido da história nacional.

No romance, utilizando-se de personagens e figuras marcantes da cultura e da história nacional portuguesa, e de uma mistura de diferentes tempos históricos, por intermédio da ficção, o autor constrói um espaço ficcional próprio, no qual discute e problematiza abertamente o processo da colonização e da valorização excessiva do passado histórico pela ideologia imperialista, que, reconhecidamente, sempre permeou a História e o imaginário político de Portugal.

De acordo com Maria Alzira Seixo (2008), ao transformar os históricos navegadores e demais ícones da cultura e da História nacional portuguesa em miseráveis e burlescos colonos retornados da África após a descolonização e a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974, Lobo Antunes inverte o glorioso sentido épico dos grandes descobrimentos portugueses, elevando as conquistas do passado nacional a irrissórios feitos de figuras fragmentadas, anônimas e sem credibilidade.

Como assinala Hayden White (2001), as caracterizações dos agentes, dos eventos e das atividades que são encontradas no registro histórico possuem uma natureza puramente provisória e incompleta, e o historiador preenche as lacunas desses eventos que, muitas vezes, são incompreendidos por estarem distantes no tempo de sua realidade social e cultural, reordenando a forma da narrativa histórica de acordo com tipos específicos de estruturas de enredo, responsáveis por explicar o processo do desenvolvimento histórico.

White (2001) ressalta ainda que as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”. (p.98). Tal perspectiva realça o caráter de que a interpretação e o processo de codificação da História em

estruturas verbais podem ser alterados e manuseados a favor de ideologias diversas.

Os fatos históricos primeiramente são constituídos como dados, e na sequência são organizados como elementos de uma estrutura verbal que sempre é organizada e construída com um designio previamente estabelecido, da mesma forma como qualquer discurso não escapa de estar atrelado a uma ideologia. Os fatos históricos assumem, dessa forma, o *status* de construções narrativas descritas pela perspectiva de quem executa o processo de “urdidura de enredo”, como designa White (2001), ou seja, o processo pelo qual simples fatos são codificados em estórias de acordo com tipos específicos de estruturas de enredo.

Os acontecimentos históricos são ordenados de acordo com a perspectiva de quem os codifica e organiza tendo como base uma estrutura de enredo preestabelecida e preexistente, e podem ser descritos como trágicos, cômicos, românticos ou irônicos, de acordo com a ideologia de quem executa esse processo de construção discursiva da narrativa.

Pode-se perceber que a ideologia imperialista portuguesa sempre adotou uma visão épica e romântica dos fatos históricos da nação, a fim de construir uma narrativa histórica em que estes são revestidos de características místicas e heroicas, capazes de representar e descrever as conquistas e avanços da nação, que sempre teve sua identidade baseada na expansão territorial e nas viagens de descobrimento do mundo realizadas intensamente durante os séculos XVI e XVII.

Por seu caráter discursivo flexível, a História pode ser construída e moldada por diferentes ideologias, e pode até mesmo ser usada a serviço de movimentos e regimes políticos totalitários, como é o caso da ditadura do Estado Novo, em Portugal, que valorizava intensamente as conquistas do passado imperialista nacional e, a partir disso, adotava um discurso capaz de legitimar e defender a manutenção do colonialismo no continente africano.

A História pode servir de objeto de trabalho da literatura, que, respondendo a anseios do escritor e da sociedade na qual ele está inserido, pode recodificá-la de outras maneiras, a fim de estabelecer e revelar novas formas de interpretação para os mesmos fatos e acontecimentos históricos, libertando-se, desse modo, de sistemas ideológicos intransigentes e totalitaristas que, muitas vezes, são veiculados e atuam como instrumento de legitimação utilizando-se justamente de discursos estabelecidos historicamente no passado.

2. METODOLOGIA

Para a realização do processo de análise do romance *As naus* (1988), utilizou-se, com base na área da Literatura Comparada, a metodologia comparatista da interdiscursividade, em que, a partir da aproximação entre os discursos advindos de duas diferentes áreas do conhecimento humano, a Literatura e a História, emergem novas possibilidades de conhecimento, análise e abordagem do fenômeno literário.

Esse exercício de aproximação entre dois diferentes discursos possibilita uma melhor abordagem da obra literária, revelando suas particularidades e potencialidades no que tange ao processo de suspensão e desconstrução do

discurso historiográfico, produzindo a possibilidade de novas interpretações para a Cultura, História e Sociedade de Portugal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em *As naus* (1988), por meio do trabalho com a literatura, Lobo Antunes converte os acontecimentos históricos de Portugal em fatos cômicos, elevando ao burlesco e ao irrisório a tragédia política e social que acomete o país após o final do período colonial na África. Os principais protagonistas da narrativa histórica nacional portuguesa, conhecidos como os responsáveis pelas grandes navegações e descobrimentos, são transformados em meros coadjuvantes de um sistema imperialista ultrapassado.

Mediante uma narrativa que mescla constantemente o uso da primeira e terceira pessoa, pode-se acompanhar o desfecho tragicômico dos efeitos da excessiva valorização das conquistas do passado e da colonização. Os grandes heróis nacionais regressam anônimos a Portugal, e são obrigados a viver de forma mesquinha e pobre pelas periferias de uma cidade irreconhecível, destruída pela miséria e assolada pelas centenas de milhares de retornados que invadiram o país após o final do regime ditatorial que mantinha o domínio das colônias na África.

Como forma de evidenciar o drama dos retornados das colônias da África após o final do regime salazarista, com a Revolução dos Cravos em Abril de 1974, Lobo Antunes transforma ícones do imaginário e da História nacional em meras vítimas da pobreza e do malfadado sistema político que geria a nação durante o período ditatorial. Muitos dos retornados, como Vasco da Gama, Manuel de Sousa Sepúlveda e Pedro Álvares Cabral, são excluídos por suas famílias e completamente ignorados pela população em geral da cidade.

Na narrativa de Lobo Antunes a grande maioria dos retornados acaba por residir no Residencial Apóstolo das Índias, gerido pelo missionário Francisco Xavier, enquanto que um casal de retornados da Guiné-Bissau é realocado pelo governo português em um hotel de luxo, e o Homem de nome Luís, uma alusão ao poeta Camões, acaba por conseguir abrigo em um hospital para tuberculosos que o governo desocupou para transformar em moradia, em razão da falta de espaço na cidade para o grande número de pessoas que regressavam.

Diogo Cão, o primeiro navegador português a desbravar a costa sudoeste da África, também inquilino do Residencial, vive na completa resignação, amparado somente pelo vício da bebida alcóolica após regressar de Luanda, onde desempenhava irrisórias funções administrativas de fiscal da Companhia das Águas. A maioria dos moradores desconfia serem falsas as histórias que ele costuma narrar a respeito de suas viagens marítimas e descobrimentos, inclusive seu amigo, o também célebre navegador Pedro Álvares Cabral.

(...) chamava-se Diogo Cão, tinha trabalhado em Angola de fiscal da Companhia das Águas, e quando à tarde, depois da mulata partir para o bar, se sentava comigo e com o miúdo nos degraus da pensão a ver nas ripas dos telhados o frenesim das rolas, anunciava-me, já de voz incerta, beberricando de um frasco oculto no forro do casaco, que há trezentos, ou quatrocentos, ou quinhentos anos comandara as naus do

Infante pela Costa de África abaixo. Explicava-me a melhor forma de estrangular revoltas de marinheiros, salgar a carne e navegar à bolina e de como era difícil viver nesse árduo tempo de oitavas épicas e de deuses zangados, e eu fingia acreditá-lo para não contrariar a susceptibilidade das suas iras de bêbedo, até ao dia em que abriu a mala à minha frente e debaixo das camisas e dos coletes e das cuecas manchadas de vomitado e de borras de vinho, dei com bolorentos mapas antigos e um registro de bordo a desfazer-se. (ANTUNES, 2011, p. 47).

Segundo White (2001), a tarefa dos maiores historiadores seria a de nos refamiliarizar com os acontecimentos esquecidos por acidente, recalque ou desatenção, ou seja, seria sua maior virtude a capacidade de questionar e explorar o registro histórico oficial, a fim de que ele revele detalhes que foram suplantados, mas cuja importância é fundamental para se entender a evolução dos fenômenos políticos e sociais de uma dada cultura.

Ainda segundo o autor, “os maiores historiadores sempre se ocuparam daqueles acontecimentos nas histórias de suas culturas que são “traumáticos” por natureza” (p.104), como revoluções, guerras civis e processos em grande escala, como a industrialização e a urbanização aceleradas. Trata-se de característica marcante da produção ficcional antuniana, justamente esta preocupação com a abordagem de eventos traumáticos em sua essência para a História de Portugal, como a descolonização da África e seus reflexos, a Revolução dos Cravos e a Guerra Colonial.

4. CONCLUSÃO

Em *As naus* (1988), o trabalho de Lobo Antunes assemelha-se ao de um historiador, pois através do discurso ficcional da literatura, ele aciona o registro histórico veiculado pelo imaginário nacional português e o reescreve de maneira paródica e burlesca, desconstruindo e recriando os grandes nomes e personalidades nacionais, responsáveis pelo processo de desenvolvimento e da manutenção dos ideais imperialistas e colonialistas ao longo da história de Portugal.

Através do trabalho com a ficção, Lobo Antunes questiona a linearidade discursiva da História, mostrando que o seu processo de evolução não é homogêneo nem natural, mas sim, construído discursivamente ao longo do tempo, e onde diversos eventos, indivíduos e subjetividades podem ser propósitadamente apagados em detrimento de ideologias diversas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, António Lobo. **As naus**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SEIXO, Maria Alzira. **Os romances de António Lobo Antunes**. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Neto. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 97-116.